

ATA DA 392ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CEPRAM

No dia vinte e oito de julho de maio de dois mil e dezessete, no auditório da SDE, às nove horas, realizou-se a tricentésima nonagésima segunda reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM. Esteve presente José Geraldo dos Reis Santos, secretário e presidente, Mariana Mascarenhas, coordenadora da Secretaria Executiva – SEMA; Márcia Telles, suplente e diretora geral do INEMA e demais membros integrantes deste Conselho, além de outros convidados. A pauta constou os seguintes itens: 1. apresentação dos Processos apreciados nas 17ª, 18ª e 19ª Reuniões da CT Recursal, realizadas em 09/09/2016, 18/11/2016 e 02/06/2017, respectivamente; 2. apresentação: "Desenvolvimento e status dos instrumentos de ordenamento, planejamento e gestão: ZEE, Áreas Prioritárias, Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção, Mapeamento da Cobertura Vegetal, Módulo de Avaliação Preliminar – MAP"; 3. Alinhamento conceito sobre Planos de Bacias Hidrográficas e Enquadramento dos Corpos Hídricos. 4. O que ocorrer. Mariana Mascarenhas iniciou a sessão cumprimentando a todos, registrou que havia quorum regimental; informou que parte da Secretaria estava em processo de mudança de espaço físico, passaria a funcionar no prédio do INEMA; registrou que na próxima segunda-feira, dia 30, será realizada a reunião de Câmara Técnica de Políticas Pública para tratar da proposta de alteração da resolução de gerenciamento e risco do Estado que acontecerá no prédio antigo da SEMA. Comentou que, por conta dessa mudança, lamentavelmente, ocorreu dificuldades de comunicação, mas enviaria um email a todos informando os novos contatos. O conselheiro Severino Agra entregou dois ofícios destinados ao presidente deste Conselho referentes a duas propostas de encaminhamento ao CEPRAM sobre a Legislação, na perspectiva de melhorar e aprimorar a participação pública e várias alternativas apresentadas no próprio Decreto; ressaltou que não se tratava de alterar a Legislação, mas apenas usar algumas lacunas que permitirão aprimorar o licenciamento. Assim como, restabelecer o processo normativo do CEPRAM no sentido de recuperar a Resolução CEPRAM que define as atividades passíveis de licenciamento. Comentou que a última versão dessa Resolução foi inserida no Decreto, porém dentro do conceito constante da Legislação o papel normativo era exclusivo do CEPRAM. Nesse sentido, sugeriu que o teor do Decreto fosse transformado em Resolução. Mariana Mascarenhas esclareceu que a primeira proposta será encaminhada ao secretário para análise junto a PGE e a segunda será matéria para análise na Câmara Técnica. O conselheiro Renato Cunha levantou a questão das escórias de chumbo oriundas da fábrica fechada há mais de 20 anos no município de Santo Amaro. Comentou que o Estado se comprometeu a apoiar os trabalhadores que foram afetados, bem como os moradores daquela região. Registrou que, considerando as informações veiculadas denunciando os problemas existentes causados por essa questão, o Estado através da SEMA, INEMA e da SESAB devem avaliar todo esse processo para apoiar a população que se encontrava em situação vulnerável e que fosse dado um retorno ao Conselho. Solicitou também informações acerca do andamento da licença ambiental da Bahia Mineração no município de Caetité. O conselheiro Daniel Barreto sugeriu movimentar a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para efetuar as readequações das Resoluções CEPRAM de acordo com os novos marcos regulatórios de meio ambiente, para tanto solicitou que fosse formado um grupo de trabalho dentro dessa perspectiva. Registrou que o Estado da Bahia foi considerado o Top 3 em desmatamento do Cerrado, no período de 2013 a 2015. Destacou que na lista de desmatamento constam dez municípios que estão dentro do Matopiba, considerando que nesse período houve a flexibilização do licenciamento, favorecendo o aumento do desmatamento. Disse que no Estado da Bahia foram destacados os municípios de São Desidério, Jaborandi e Formosa do Rio Preto. O conselheiro Renato Cunha sugeriu convidar a Prefeitura de Santo Amaro e o Ministério

51 Público para participar da reunião sobre a contaminação de chumbo no município de Santo
52 Amaro. O conselheiro João Lopes colocou que os três municípios citados na fala do
53 conselheiro Daniel Barreto são considerados os maiores do Estado da Bahia na região do
54 Oeste. Ressaltou que não foi apresentada nenhuma ilegalidade. Em sua opinião, estando
55 dentro da Lei, não haveria censura. Em seguida, Mariana Mascarenhas passou para
56 apreciação dos processos; registrou que muitos processos da pauta da reunião anterior
57 foram adiados devido a dificuldades dos conselheiros para acessar o sistema Cerberus.
58 Informou que estava prevista uma breve apresentação sobre essa ferramenta e o acesso ao
59 SEIA caso seja necessário, agendará um treinamento presencial. Os processos constantes
60 em pauta foram analisados durante três reuniões de Câmara Técnica Recursal - CTR cuja
61 decisões serão apresentadas nesta reunião. **Processo** nº 2010-008359/TEC/AIMU-0257 -
62 DRILLFOR PERFURAÇÕES DO BRASIL LTDA, Auto de Infração de Multa, município de
63 São Sebastião do Passé, no valor de R\$ 400.000,00, referente ao derrame de produto
64 químico classificado como perigoso, com pedido: requer a declaração de nulidade dos autos
65 de infração, julgar improcedente o auto de infração, que seja classificada como leve e a
66 multa seja de RR\$ 500,00, que seja celebrado um Termo de Compromisso para conversão
67 da multa pecuniária em serviços de proteção ambiental, com a respectiva redução do valor
68 da multa em 90%, de acordo artigo 191, § 2º, Lei Estadual nº 10431/2006, conselheiro
69 relator Daniel Barreto. A CTR decidiu pela manutenção da penalidade. Processo destacado.
70 Processo nº 2009-015423/TEC/AIMU-0289 - ARY ARMANDO DE LISBOA, Auto de Infração
71 de Multa, no município de Santo Amaro, no valor de R\$ 100.000,00, referente a supressão
72 da vegetação nativa em área considerada como preservação permanente – APP sem
73 autorização legal, com pedido de anulação da multa, redução da multa em percentual não
74 inferior a 90% e a conversão em serviços de preservação, melhoria e recuperação da
75 qualidade do meio ambiente, conselheiro relator Débora Coelho. A CTR decidiu pela
76 manutenção da penalidade. Processo nº 2009-032244/TEC/AIMU-0718 - NASCENTE
77 SERVIÇO DE TRANSPORTES LTDA, Auto de Infração de Multa, no valor R\$ 15.000,00,
78 referente à execução de terraplanagem em encosta de vale com afluente do Rio do Cobre
79 na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu sem a necessária anuência ambiental e por efetiva
80 degradação ambiental, município de Salvador, com pedido de nulidade do auto de infração,
81 se for mantida a penalidade aplicada, requer celebração do Termo de Compromisso,
82 conselheira relatora Leila Oliveira. Processo nº 2012-011361/TEC/AIEM-0013 - JOSÉ
83 ORLANDO BECKER, município de Maraú, Auto de Infração de Embargo Temporário,
84 referente a construção de Marina e Pier em APP's, sem autorização e sem Licença
85 Ambiental, com pedido de dilatação de prazo no referido embargo. Conselheiro relator
86 Sergio Bastos. A CTR decidiu pela manutenção da penalidade. Processo destacado.
87 Processo nº 2009-034043/TEC/AIMU-0782 - QUAIT COMERCIO E EXTRACAO DE
88 MINERAIS NAO METALICOS LTDA, referente à operação sem requerer ao IMA (INEMA) a
89 devida Licença Ambiental, com pedido de nulidade da multa ou que seja celebrado Termo
90 de Compromisso com redução de 90% do valor da multa. Conselheiro relator Agnaldo
91 Monteiro. A CTR decidiu pela manutenção da penalidade. Processo destacado. Processo nº
92 2015-002272/TEC/AIMU-0195 - ELDIR PAIXAO FIGUEREDO CORREA, Auto de Infração
93 de Multa, município de Castro Alves, no valor de R\$ 5.000,00, referente à realização de obra
94 na área de preservação permanente (APP) do Rio Jaguaripe, com pedido de nulidade da
95 multa ou conversão em advertência. Conselheiro relator Lucidalva Rodrigues. A CTR decidiu
96 pela manutenção da penalidade. Processo destacado. **Processo** nº 2009-
97 033010/TEC/AIAPD-0199 - ELENITO MARTINS MENDES, Auto de Infração de Apreensão,
98 **município** de Jacobina, referente à manutenção de cativieiro de aves silvestres sem
99 autorização, com pedido de anulação do Auto de Infração de Multa. Conselheiro relator
100 Daniel Melo Barreto. A CTR decidiu pela manutenção da penalidade. Processo nº 2009-
101 034300/TEC/AIIN-0234 - AFONSO CHISTIANO, Auto de Infração de interdição temporária,

102 município de Ipiáu, referente a extração de areia em leito de rio, com pedido de revogação
103 da interdição e arquivamento do processo. Conselheiro relator Luiz Vitor Marsala. A CTR
104 decidiu pela manutenção da penalidade. Processo destacado. Processo nº 2006-
105 002393/TEC/AIAD-0150 - RUBERVAL SOUZA DE ARAÚJO, Auto de Infração de
106 advertência, município de Campo alegre de Lourdes, no valor de R\$ 4.000,00, referente ao
107 Posto de combustível funcionando sem licença, com pedido da baixa da notificação.
108 Conselheiro relator Leila Márcia Souza Oliveira. A CTR decidiu pela manutenção da
109 penalidade. Processo nº 2011-005544/TEC/AIMU-0113 - CARLOS EDVALDO TINOCO
110 PRAZERES, Auto de Infração de multa, município de Ibirataia, referente ao porte e uso de
111 motosserras sem as devidas autorizações ambientais, com pedido de anulação do Auto de
112 Infração de Multa, conversão em serviços ou redução do valor. Conselheiro relator Daniel
113 Melo Barreto. A CTR decidiu pela manutenção da penalidade. Dando continuidade, Mariana
114 Mascarenhas colocou os processos em destaque para manifestação. Com relação ao
115 processo da DRILLFOR PERFURAÇÕES DO BRASIL LTDA o conselheiro Rui ressaltou
116 que devido a extensão de tempo para análise dos autos, o resultado foi prejudicado; relatou
117 os fatos gerados para aplicação da penalidade, bastante embasados pelos técnicos do
118 órgão ambiental, os procedimentos adotados para reparação ambiental, porém constou nos
119 autos que causou danos a terceiros, com isso alterou-se a multa de grave para gravíssima.
120 Registrou que o dano aconteceu na faixa de domínio do órgão DNIT que se tratava de uma
121 área invadida pela comunidade local. Em sua opinião, a penalidade era extremamente
122 injusta para uma empresa que efetuou a reparação do dano de forma técnica considerável,
123 isto posto, discordava da decisão da Câmara Técnica. Mariana Mascarenhas passou a
124 palavra ao relator do processo Daniel Barreto. O conselheiro Daniel Barreto ressaltou que
125 apesar de o autuado ter efetuado o reparo ao dano ambiental não o eximiria do crime
126 ambiental, por essas considerações, a multa foi aplicada no valor mínimo. O conselheiro
127 Ruy acrescentou que o trabalho do INEMA foi de forma correta, pautado no que tange a Lei,
128 contudo o enquadramento de 150 litros de óleo diesel numa nascente não contaminaria a
129 água. Chamou atenção das consequências de um auto de infração desse porte a uma
130 empresa com um capital social de R\$ 500 mil reais. Registrou, inclusive, que essa empresa
131 havia saído do Brasil. Disse que considerava um caso de intolerância da Lei que deve ser
132 revisto. Lucas coordenador técnico de fiscalização do INEMA disse que concordava com o
133 conselheiro Daniel e que talvez não seria aquele o momento de discutir a pertinência ou os
134 valores da multa e de que forma estabelece os critérios da Lei. O técnico e a coordenação
135 diante do que foi apurado internamente no sentido de cumprir o que está estabelecido, no
136 que diz respeito a razoabilidade, mais uma vez estava claro que foram analisadas as
137 condições antes, os agravantes, o valor da multa aplicada foi o menor possível,
138 tecnicamente não existe nenhum critério, para que possa minorar essa situação. O
139 conselheiro João Lopes arguiu que não se podia aplicar multas impagáveis e sem
140 consequências, considerava o valor estipulado para o tipo de acidente ocorrido um tanto
141 exagerado. Márcia Teles argumentou que o técnico tem uma discricionariedade limitada, ou
142 seja, a multa se enquadra de acordo a infração cometida. O conselheiro Ruy propôs que o
143 Conselho solicitasse ao INEMA rever o enquadramento de gravíssimo para grave,
144 considerando ser o mais adequado ao tamanho do dano ocasionado. Mariana Mascarenhas
145 colocou que o INEMA não poderia efetuar esse enquadramento. Diante disso, o conselheiro
146 Ruy propôs que a multa fosse cancelada. Em seguida, Mariana Mascarenhas colocou em
147 votação: manutenção pela penalidade a partir do voto apresentado pelo conselheiro Daniel
148 Barreto e pela nulidade da multa. Foram 11 (onze) votos favoráveis a manutenção, 7 (sete)
149 votos favoráveis a nulidade e 2 (duas) abstenções. Passou para o processo referente a
150 JOSÉ ORLANDO BECKER. O conselheiro Ruy ponderou que a área informada, como
151 sendo de manguezal desmatada, foi identificada no *Google Earth* a primeira foto de 1969,
152 na época, já havia sido desmatada, sendo que nas fotos constatadas no Relatório registrou

153 que o proprietário fazia uma terraplanagem para montagem de estrutura particular, ou seja,
154 existia o caminho que estava sendo pavimentado com concreto para deslocamento dos
155 barcos. O conselheiro relator Sergio Bastos esclareceu que o parecer da Câmara pela
156 manutenção da penalidade foi motivado por uma série de obras sem licença ambiental. O
157 técnico Lucas argumentou que a infração, especificamente, se deve tanto a questão formal
158 da ausência da autorização para realização da obra, tanto pela degradação identificada pelo
159 técnico em área de preservação permanente. Quanto à questão levantada pelo conselheiro
160 Ruy sobre as imagens de satélites do *Google Earth* não existe nos autos do processo, no
161 presente momento, essa informação que corrobore que de fato naquele momento ou
162 anteriormente, a realização da infração já existia a degradação da área, então tecnicamente
163 entendeu-se pela não construção da marina no local. O conselheiro Severino Agra
164 comentou que, o fato de uma área de preservação permanente ter sido degradada não
165 perdia a característica de que houve depredação, senão seria fácil pessoas invadirem e
166 ocupar uma área de preservação permanente. O conselheiro Ruy citou que existe um
167 loteamento no entorno do empreendimento que esse não era o motivo de avaliação naquele
168 momento, e, sim a garagem de barco citada pelo proprietário. Isto posto, entendia que a
169 área de preservação permanente mesmo degradada precisava ser respeitada. Mariana
170 Mascarenhas arguiu com relação ao loteamento poderá ser instaurado um outro processo.
171 Diante do exposto, será mantida a decisão da Câmara Técnica. O processo da QUAIT
172 COMERCIO E EXTRACAO DE MINERAIS NÃO METALICOS LTDA foi destacado pelo
173 conselheiro Ruy. O conselheiro disse que as fotos nos autos do processo mostrava que a
174 vegetação estava se recompondo, existia uma retirada de material pretérita, mas não ficou
175 provado que o interessado foi responsável. A empresa alegou que foi solicitada, em nome
176 de outra empresa, uma licença ambiental há mais de cento e oitenta dias, o terreno
177 identificado tinha uma degradação muito mais antiga do que esse período. Comentou que
178 durante o processo de licença não pareceu que tinha sido retirado o material do local. Em
179 sua opinião, considerou que o Parecer Jurídico do INEMA não ficou muito claro. Mariana
180 Mascarenhas registrou que o recorrente não juntou aos autos qualquer prova de não ter
181 cometido a infração, razão que justificava o fundamento da Câmara Técnica em face à
182 infração imposta. O técnico Lucas argumentou que se tratava de uma situação similar ao
183 processo anterior, ausência de autorização para realização da atividade apesar de ter sido
184 requerido. O conselheiro Ruy asseverou que no próprio relatório do INEMA consta que não
185 houve supressão de material recente. Diante dos fatos apresentados, existiu na época uma
186 supressão que pode ter sido pela mesma empresa, considerando que partiu de uma
187 denuncia, talvez o fiscal julgou que se tratava da mesma empresa. O conselheiro Severino
188 questionou se a defesa do suposto infrator argumentou que o mesmo não fez a retirada do
189 material, o que não eliminaria a questão da licença. O conselheiro Daniel fez a leitura do
190 relatório técnico do INEMA. O conselheiro Ruy propôs o cancelamento da multa e aplicação
191 da mesma ao proprietário identificado no processo responsável pela degradação anterior.
192 Mariana Mascarenhas colocou em votação pela manutenção da penalidade por decisão da
193 Câmara e a sugestão do conselheiro Ruy pelo cancelamento da multa. O conselheiro
194 Rodolfo citou que houve um questionamento do conselheiro Ruy quanto à resposta da
195 Câmara Técnica, pois não ficou muito claro a evidencia do maquinário da empresa no local
196 ou não. Portanto, manifestou pedido de diligencia para melhor esclarecer os fatos. Letícia
197 Nobre destacou que necessariamente não precisava de um maquinário no local para
198 caracterizar que se tratava de uma empresa de extração de mineral não metálico. Mariana
199 Mascarenhas registrou o pedido de diligencia que foi acordado. Passou-se para o processo
200 ELDIR PAIXAO FIGUEREDO CORREA destacado pelo conselheiro Ruy. O conselheiro
201 destacou que o processo tinha um histórico desde 1910, ou seja, o problema existia há mais
202 de 100 anos, a ação foi motivada por uma denuncia, por isso entendia que essa regra
203 deveria valer para todos os moradores mostrados na foto, ao invés do denunciado. Diante

204 disso, propunha a anulação da multa ou pediria diligencia do processo. Mariana
205 Mascarenhas argumentou que esse processo se tratava de um interessado com um objeto,
206 o que não significava que os demais não pudessem ser responsabilizados e gerar outros
207 processos. O conselheiro Evilasio Fraga pediu esclarecimento sobre o local das obras na
208 APP. Foi informado que era no centro da cidade. O conselheiro Evilasio Fraga colocou que
209 o novo Código Florestal abordava questões sobre ambiente consolidado, tanto na zona rural
210 quanto na zona urbana, questionou se na análise do processo foi feita essa observação,
211 conforme o artigo 65 desse Código. O técnico Lucas esclareceu que a inspeção que ensejou
212 a lavratura do auto de infração em 24 de fevereiro de 2015, foi uma data posterior aos
213 marcos de consolidação estabelecidos no Código Florestal atual. A infração estava evidente,
214 em descumprimento ao próprio Código Florestal. Destacou que uma situação agravante,
215 levantada pelo técnico, com risco de degradação do recurso hídrico, a parte de
216 assoreamento, ou seja, da movimentação do solo ou qualquer material utilizado como
217 insumo na residência, cuja finalidade não ficou muito clara. O conselheiro Evilásio Fraga
218 argumentou que o assunto abordado era uma realidade de todos os centros urbanos do
219 Brasil, caso mantivesse a multa seria preciso uma fiscalização aos outros empreendimentos,
220 para que possa evitar uma série de denúncias dentro do órgão gestor do meio ambiente que
221 deve se preparar para aplicar os mesmo critérios. O técnico Lucas fez algumas observações
222 relativas a fala do conselheiro Evilásio. O conselheiro ressaltou que se tratava de uma APP
223 que já sofreu antropização, anteriormente, constatada em fotos, mas também, precisava
224 defender os demais mananciais que estão sofrendo esse mesmo tipo de intervenção, bem
225 como deixaria claro para o poder publico municipal da responsabilidade no uso e ocupação
226 do solo e sua competência. Em seguida, Mariana Mascarenhas colocou a matéria em
227 votação. Foram 16 (dezesesseis) votos favoráveis a manutenção da penalidade, 4 (quatro)
228 votos favoráveis a nulidade da multa e uma abstenção. No Processo referente a AFONSO
229 CHISTIANO destacou o conselheiro Ruy relatou que se tratava de uma fazenda gerida a
230 distância, cujo proprietário residia em Campinas. O DERBA solicitou a retirada de areia na
231 beira do rio que passava na região sem licença ambiental. No seu entendimento quem
232 deveria requerer essa licença ambiental seria o próprio DERBA; disse que essa era uma
233 situação recorrente em todo Estado da Bahia. Diante do exposto, pediu informações sobre a
234 não atuação do DERBA nesse processo. Mariana Mascarenhas fez a leitura do voto
235 emitido pelo conselheiro relator Luiz Vitor. O técnico Lucas esclareceu que a informação da
236 retirada de areia efetuada pelo DERBA foi de um funcionário, ou seja, não houve nenhuma
237 documentação que comprovasse. Márcia Telles registrou que nenhum momento a equipe de
238 fiscalização identificou a presença do DERBA portanto as informações relacionadas ao
239 órgão vieram posteriormente, contudo, independente do destino da areia não daria ao
240 DERBA o direito de efetuar a retirada, por isso não anularia o dano. O Conselheiro Ruy
241 propôs a nulidade da penalidade por entender que consonância com a aplicação feita a
242 empresa QUAIT suposta de retirar a areia de outra Fazenda, que seja imputado ao DERBA
243 a responsabilidade. Mariana Mascarenhas colocou em votação a matéria. Foram 13 (treze)
244 votos favoráveis pela manutenção da penalidade, 5 (cinco) favoráveis pela nulidade e uma
245 abstenção. O conselheiro Evilasio Fraga esclareceu, com relação ao auto de infração
246 referente à intervenção em corpo hídrico no município de Castro Alves propôs que este
247 Conselho viabilizasse algum tipo de Resolução que possa orientar, dar as diretrizes para o
248 órgão gestor de meio ambiente com a finalidade de atuar e replicar ações efetivas para
249 aplicação da Lei. o conselheiro Severino Agra comentou que constou em pauta dois
250 processos relativos ao envolvimento de Prefeituras, considerando as informações do
251 conselheiro Evilásio parecia que já existia uma autorização da Prefeita para obra; observou
252 que existia uma frequência considerável de processos inadequados produzidos pelos
253 municípios relativos ao licenciamento; ressaltou que o encaminhamento deve ser simultâneo
254 ao infrator e ao concorrente, conforme a Lei de Crimes Ambientais, pois os licenciamentos

255 municipais estão desobedecendo a Legislação. Sugeriu um encaminhamento para lembrar
256 as Prefeituras que as mesmas poderão estar sujeitas a Lei de Crimes Ambientais.
257 Finalizado o ponto de pauta sobre apreciação dos processos, o secretário e presidente José
258 Geraldo falou da necessidade e importância de apresentar e discutir conteúdos de
259 instrumentos sugeridos pelos membros deste Conselho que possa valorizar de fato a
260 dimensão ambiental. Registrou que não se pode continuar a buscar uma política finalística
261 na esfera ambiental no varejo, considerando que era essencial se ater as bases legais e
262 formais, mas também não seria o suficiente para uma disputa de estratégia e
263 desenvolvimento, a exemplo das situações de supressões na Mata Atlântica e Cerrado.
264 Comentou de sua participação na reunião com o Ministério do Meio Ambiente - MMA cuja
265 pauta discutiu demandas sobre o Programa Água Doce e a proposta de licitação para
266 aquisição de mais de 150 equipamentos; a tramitação da consolidação do Parque Nacional
267 do Boqueirão da Onça e de uma APA, falou-se de um avanço importante sobre a
268 preservação da maior área mundial de preservação de caatinga . Disse que MMA sinalizou
269 uma série de outras demandas em nível do Estado da Bahia mostrando a importância desse
270 Estado dentro do mapa da União quando se referia à dimensão ambiental. Destacou a
271 existência de conflitos envolvendo parques na área de preservação, conflitos com
272 comunidades indígenas, com áreas de assentamento. Com relação às Unidades de
273 Conservação todas estavam com fragilidades; ressaltou que estão tentando avançar no
274 sentido de lançar o Edital da Política de Compensação Ambiental, considerando os vinte e
275 quatro milhões disponíveis para aplicação. Disse que era preciso resgatar o ZEE. Convidou
276 o professor Raniere e o superintendente Luiz Ferraro para falarem sobre os grandes
277 parâmetros da estratégia de desenvolvimento do Estado da Bahia. Destacou que o profº
278 Raniere ajudou na construção do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e que foi
279 discutido em Brasília o quanto de Cerrado a Bahia quer preservar. Após, pediu desculpas
280 para se retirar da reunião, pois teria uma outra reunião com o MMA para tratar sobre o
281 processo de licitação acima mencionado. A conselheira Leila Oliveira falou em nome da
282 FAEB que a Federação se colocava próximo a fala do secretário, para que todas as
283 atividades da área rural do Estado sejam exercidas pelos pequenos ou grandes produtores,
284 que atua com viés da sustentabilidade econômica, ambiental e social. Nesse sentido, o
285 planejamento e ordenamento de espaços territoriais vão sempre dar uma garantia de
286 operacionalização do setor produtivo rural de uma forma mais harmônica. Além disso, trazer
287 a este Conselho uma reflexão sobre a dinâmica territorial e buscar entender por que em
288 determinados momentos alguns conflitos passam a existir. O conselheiro Evilásio Fraga
289 manifestou que a Base Sindical dos Produtores Rurais de Ibicoara tinha o mesmo
290 entendimento exposto pela então conselheira Leila Oliveira; chamou a atenção de uma frase
291 expressada pelo secretário muito usada no Conselho de Recursos Hídricos e Comitês de
292 Bacias: "*vamos construir um pacto*" discutir como o Conselho vai promover o
293 desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado da Bahia e regiões, tendo em
294 vista as demandas sociais, compromissos assumidos, precisando caminhar de forma que
295 otimize o tempo, para que alcance resultados de fato palpáveis. Luiz Ferraro destacou que o
296 ZEE era um instrumento estratégico de planejamento e ordenamento territorial cujas
297 diretrizes devem nortear as políticas públicas e investimentos público/privados para o
298 desenvolvimento socioeconômico sustentável, composto e fortalecido por um conjunto
299 amplo de instrumentos, contendo o mapa territorial de conservação alimentado pela lista de
300 espécies que dará origem aos planos de ações, às unidades e paisagens, mapeamento e
301 diagnósticos, potencialidades e limitações, montagem de cenários, perspectivas de
302 investimentos, qualidade ambiental, caracterização dos territórios de identidade, WebSIG
303 que são informações relacionadas à arquitetura utilizada na construção do ZEE-BA. O
304 professor Raniere citou alguns pontos percorrido no processo construtivo, destacou que
305 naquele momento estariam com relativa prioridade, pois estava iniciando a construção de

306 um plano estratégico de longo prazo para o Estado da Bahia. Ressaltou que o ZEE já vinha
307 sido utilizado na formulação de políticas, sem a força dos normativos. Registrou que no
308 Programa de Gestão 2018 já existiam metas relativas à finalização do ZEE e
309 aperfeiçoamento do instrumento. Disse que, naquele momento estava em fase de
310 fechamento do relatório que subsidiará minutas dos normativos para ser encaminhados e
311 discutidos na Comissão do ZEE formada por secretários e posteriormente ao Governador
312 para decisão final. Luiz Ferraro comentou que o ZEE já foi incluído como compromisso no
313 PPA 2016/2019, criado indicador de programa de gestão participativo que o contemple,
314 respaldou alguns compromissos transversais em diversos elementos de programas de
315 Governo, foi utilizado como base para o MAP e por áreas prioritárias de participação de
316 biodiversidade. Apresentou o status de alguns dos instrumentos. O conselheiro Renato
317 Cunha questionou se teria conhecimento do Relatório antes de ser encaminhado ao
318 Governador. O conselheiro Severino Agra questionou se a matéria seria transformada em
319 Lei. O prof. Raniere disse, considerando que no Relatório constarão diretrizes e a
320 incorporação do conhecimento da Comissão Técnica, se tornaria um instrumento público,
321 porém não caberia ao mesmo afirmar ou não, se seria transformado em Lei. O conselheiro
322 Severino Agra comentou por uma questão conceitual, destacava que o ZEE pretendia
323 incorporar dois instrumentos ao mesmo tempo, a legislação prevê a existência do Plano
324 Estadual de Meio Ambiente, documento de macro planejamento que dava oportunidade a
325 essa pactuação, ou seja, o ZEE deveria ser um desdobramento do Plano. Para tanto, o ZEE
326 deverá materializar em termo de ordenamento o pacto decidido do plano. A conselheira
327 Leila Oliveira reiterou o pedido de retomar as discussões desse assunto. A conselheira
328 Leticia Nobre disse que o ZEE era uma ferramenta muito importante para o planejamento
329 estratégico do Estado, chamou atenção para articulação das demais políticas e Secretarias,
330 para promoção da dimensão da saúde das populações que estão nos territórios. Disse que
331 são várias questões e interfaces, seja pelo desenvolvimento social ou pela geração e
332 fortalecimento de trabalho, de atividade econômica, de renda e emprego, também pensar na
333 saúde humana quando houver impactos ambientais dos empreendimentos. O conselheiro
334 Luis Galvão comentou que não identificou no organograma uma fonte preciosa de
335 informação, por outro lado, se o Estado tivesse mapeado em Escala compatível, as
336 informações seriam muito mais acessíveis e até mesmo investimentos para
337 empreendedores. Disse que, em termos normativos, o ZEE poderia ser uma referencia, mas
338 que não fosse lei, nem decreto. Luiz Ferraro falou como foi produzido o ZEE, primeiro teve
339 essa questão de Escala destacada por Galvão, mas não teria como mudar esse fato, pois
340 não existem estudos para escala de alta precisão, contudo o ZEE permitiu arregimentar tudo
341 que existia e estava ao alcance, isso custou menos da metade do que estava custando o
342 mapeamento de cobertura vegetal, ou seja, produzir um estudo de Escala 1 para 50.000
343 custaria 11 milhões para o Estado; afirmou que o ZEE estava criando condições para
344 evolução da pactuação. O profº Raniere registrou que o governo estava concluindo os
345 planos de desenvolvimento territorial sustentável para subsidiar o plano estratégico, já
346 existiam dez disponíveis no site da SEPLAN. O estudo de cenário e caracterização territorial
347 foi utilizado para esses planos, a discussão será necessária e em última instância a
348 sociedade será o arbitro disso; foi incorporado no ZEE o conhecimento tácito de quem
349 estava na região. Ressaltou que se trata de um instrumento que pretende subsidiar todos os
350 instrumentos existentes no Estado. O conselheiro Severino Agra fez algumas
351 argumentações, destacou que estava se colocando o ZEE como planejamento, mas as
352 diretrizes são reativas. Luiz Ferraro colocou que o ZEE deverá ter uma dinâmica de
353 atualização e aprimoramento com muitos fluidos, isso dependerá de contratar estudos de
354 excelente escala, mas as diversas contribuições vão garantir o processo de aprimoramento
355 continuado. Continuou a explanação falando sobre as áreas prioritárias de conservação, as
356 formas de divulgação do estudo, todos os arquivos disponíveis no site; citou a lista de

357 espécies ameaçadas e suas indicações; registrou que foi iniciado os planos de ação para as
358 espécies em parceria com a ICMBIO; falou sobre o de processo de mapeamento de
359 cobertura vegetal, a previsão da conclusão da mata atlântica era até dezembro de 2017, as
360 validações até março de 2018, publicação junto a SEI como mapa oficial previsto para o
361 primeiro semestre de 2018; falou sobre o processo de zoneamento setoriais; destacou que o
362 MAP - Módulo de Avaliação Preliminar instrumento reúne muitos produtos do ZEE,
363 acessível no site: *geobahiamap.sei.ba.gov.br*. Asseverou que estava em desenvolvimento
364 uma ferramenta para análise do empreendimento e alternativas de traçado para mensurar
365 afetações de supressões vegetais e ferramentas de avaliação integrada. Disse que serão
366 resgatados seis mil processos de licenciamento arquivados na EGBA, reunir todos os
367 estudos e dados básicos do empreendimento e incorporar uma ferramenta para acesso e
368 efetuar uma análise integrada de impacto. Comentou que o processo de zoneamento
369 setoriais baseou-se na construção de uma matriz de principais impactos causados pelo
370 empreendimento, construindo cartilhas de melhores práticas para as dez tipologias. Ferraro
371 falou sobre os indicadores ambientais e pretendia publicar 50 (cinquenta) indicadores este
372 ano, regulamentar a gestão de painel e criar um grupo de monitoramento. A conselheira
373 Leila Oliveira questionou em relação aos dados de cobertura vegetal da mata atlântica,
374 sugeriu uma aproximação com o Fórum Florestal do Extremo Sul. Ferraro relatou que o
375 Fórum Florestal fazia o acompanhamento do desmatamento e o mapeamento pretendia
376 entregar uma discriminação exata em Escala 1:50.000. O conselheiro Luis Galvão comentou
377 que o aspecto ficou muito mais ecológico do que econômico, se referindo ao semi-árido que
378 tem um ativo ambiental muito mais difícil, os recursos minerais são importantes e não foi
379 configurado, constatando a falta de realidade em relação à sua localização na zona da mata
380 e não no Litoral Norte, requerendo que o semi-árido seja tão úmido quanto os costumes,
381 hábitos, métodos e aproveitamento do espaço hidrográfico sejam iguais. Disse que poderia
382 orientar melhor com informações mais preciosas. O conselheiro João Lopes colocou que
383 precisará de mais tempo para discutir esse assunto. Mariana Mascarenhas registrou,
384 considerando que vários desses instrumentos já haviam sido apresentados, as sugestões
385 devem ser apresentadas mais não impedia o encaminhamento para necessária efetivação.
386 O profº Raniere falou das dificuldades reais a serem enfrentadas, para que esse processo
387 possa avançar. Bruno Jardim fez algumas observações e destacou que era preciso construir
388 uma base de pactuação da sociedade na direção de desenvolver o seu modelo de
389 conhecimento. O conselheiro Sergio Bastos questionou porque o ZEE precisava ser lei e
390 não um instrumento de planejamento. Mariana Mascarenhas passou a palavra para Bruno
391 Jardim para falar sobre o alinhamento conceitual dos planos de bacias hidrográficas e
392 enquadramento; informou que nas próximas reuniões do CEPRAM e CONERH esse
393 assunto constará em pauta de forma específica sobre o enquadramento acerca de três
394 bacias. A apresentação foi breve, sendo abordados os pontos referentes ao enquadramento
395 dos corpos de água em classe, segundo seus usos preponderantes, objetivos, base legal e
396 identificação dos usos. Citou os exemplos de classificação e padrões de qualidade para
397 água doce, as metas progressivas, realistas, condições essenciais para enquadramento,
398 etapas do processo de elaboração do enquadramento e principais parâmetros, diagnósticos
399 e prognóstico, ações do programa de efetivação. Falou também sobre a interface do
400 enquadramento dos corpos de água com alguns instrumentos de gestão: articulação do
401 enquadramento, planos diretores municipais, licenciamento ambiental e plano de
402 saneamento. Por fim, comentou sobre a implementação, monitoramento, avaliação e
403 introdução de revisões e adaptações necessárias. Em seguida, os conselheiros Severino
404 Agra de Luis Galvão comentaram sobre a necessidade de evolução e aprimoramento da
405 gestão de recursos hídricos. Bruno Jardim destacou as limitações e a realidade desse
406 entendimento. O conselheiro Pedro ressaltou que era preciso ter conhecimento da realidade
407 e estabelecer metas que possam ser alcançadas. Bruno Jardim frisou que os planos

15

408 construídos na década de 90 eram muito mais de infraestrutura hídrica, os planos de bacias
409 atuais reúnem grande concentração de medida de gestão de recursos hídricos com metas
410 bem definidas e trechos de rios enquadrados. Asseverou que hoje trabalhava com bacias
411 que a maior parte dos cursos d'água são efêmeros, alguns trechos intermitentes,
412 envolvendo uma série de dificuldades que nem a própria tecnologia resolveu. Passou-se ao
413 ponto de pauta, o que ocorrer: o conselheiro Martin Mayr propôs que as autorizações,
414 licenças e anuências concedidas pelo INEMA fossem informadas diretamente aos
415 conselheiros. O conselheiro Daniel Barreto reforçou o pedido de reativar a CTAJIN para fins
416 de trabalhar as Resoluções que precisam ser readequadas; propôs encaminhar uma
417 Recomendação destinada a empresa Naturele Tratamento de Resíduos Sólidos Ltda.
418 referente à retificação do enquadramento do licenciamento, bem como todas as
419 providências adotadas pelo INEMA ao referido licenciamento fossem encaminhadas para
420 conhecimento dos membros deste Conselho. Isso posto, considerando que, naquele
421 momento não havia mais quorum regimental para votação, Mariana Mascarenhas registrou
422 que o texto seria enviado aos membros deste Conselho para possíveis manifestação. O
423 conselheiro João Lopes lembrou que o conselheiro Martin falou sobre uma suposta invasão
424 na região Oeste que culminou com a expulsão de moradores que residiam na localidade,
425 disse que trataria desse assunto na próxima reunião. O conselheiro Renato Cunha
426 apresentou uma proposta de Recomendação elaborada pelo GAMBÁ e o Instituto Baleia
427 Jubarte sobre a questão do Parque Marinho de Abrolhos ao CEPRAM, SEMA, INEMA para
428 reforçarem junto ao ICMBIO e Ministério do Meio Ambiente o estudo para ampliação da
429 desse Parque. Mariana Mascarenhas registrou que as Recomendações constarão na pauta
430 da próxima reunião para apreciação. O conselheiro Rodolfo questionou sobre a dinâmica de
431 reunião, sugeriu que tivesse intervalo para almoço a fim de evitar o esvaziamento da
432 mesma. Por fim, Mariana Mascarenhas agradeceu a todos, sem mais nada a declarar, esta
433 ata será assinada por todos os membros integrantes que estiveram presentes nesta reunião.
434 Salvador, 28 de julho de 2017.

435 **Presidente:** José Geraldo dos Reis Santos

436 **Suplente:** Márcia Telles - INEMA

437 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas

438 **Membros presentes:**

439 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

440 Célia Cavalcanti - MMA

441 Daniel Barreto – GAMBÁ

442 Denise Matos Mach - SDE

443 Evilasio Silva Fraga – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara

444 Guilherme de Castro Lino Bonfim – SEAGRI

445 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

446 Jose Augusto Pinto de Queiroz – CREA-BA

447 Jose Getúlio Andrade – Serviços e Turismo do Estado da Bahia

448 José Roberto Celestino – DAC

449 Leila Márcia Oliveira – Sindicato Rural de Coaraci

450 Letícia Nobre – SESAB

451 Lidervan Mota Moraes - FAEB

452 Livia Oliveira de Carvalho - SEPLAN

453 Lucelia de Melo Berbert – Instituto Baleia Jubarte

454 Lucidalva Rodrigues de Souza Nogueira - PRISMA

455 Luis Fernando Galvão - SINDIBRITA

456 Luiz Carlos Café – ACB

457 Mariene Salatiel Oliveira – CETREL S/A

458 Martin Mayr – ADES

459 Mateus Almeida Cunha - SEDUR

460 Miguel Accioly - UFBA

461 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil

462 Pedro Souza Rocha – SEPLAN

463 Renato Cunha – GAMBÁ
464 Roberta Casali Bahia Damis – OAB
465 Rodolpho Antunes Mafei – MMA
466 Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM-BA
467 Sergio Bastos - SINPEQ
468 Severino Soares Angra Filho – UFBA
469 Soraya Machado Torres – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
470 Stenio Junior – SEDUR
471 Wilson Galvão Andrade – SINDFIBRAS